



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

Avenida dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 4996.7910/7983
gabinete.prograd@ufabc.edu.br

Ata nº 006/2017/Ordinária/CG

1 Ata da VI reunião ordinária da Comissão de Graduação (CG), convocada para as treze horas e
2 trinta minutos do dia treze de julho de dois mil e dezessete, no Auditório 005, Térreo, do Bloco
3 Beta da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Alameda da Universidade, s/nº, São
4 Bernardo do Campo, SP. A reunião foi presidida pela professora Paula Ayako Tiba, Pró-Reitora
5 de Graduação, e contou com a presença dos seguintes membros: Adriano Reinaldo Viçoto
6 Benvenho, Coordenador do Curso de Bacharelado em Física; Alberto José Arab Olavarrieta,
7 Vice-Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas; Alexandre Acácio de
8 Andrade, Vice-Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T); Alexei
9 Magalhães Veneziani, Coordenador do Curso de Bacharelado em Matemática; Ana Paula
10 Romani, Coordenadora *pro tempore* do Curso de Engenharia Biomédica; Antonio Eduardo
11 Gonçalves, representante Discente; Antônio Gil Vicente de Brum, Coordenador *pro tempore* do
12 Curso de Engenharia Aeroespacial; Antonio Marcos Roseira, representante do Curso de
13 Bacharelado em Relações Internacionais; Breno Arsioli Moura, Coordenador do Curso de
14 Licenciatura em Física; Bruno Nadai, Coordenador do Curso de Bacharelado em Filosofia;
15 Cristina Autuori Tomazeti, Coordenadora do Curso de Engenharia de Energia; Deonete
16 Rodrigues Nagy, Representante Técnico-Administrativo; Gabriel de Oliveira Santos Ishiara,
17 Representante Discente; Gabriel Valim Alcoba Ruiz, Representante Técnico-Administrativo;
18 Harki Tanaka, Vice-Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas
19 (CECS); Jorge Tomioka, Coordenador do Curso de Engenharia de Gestão; Katia Canil,
20 representante do Curso de Bacharelado em Planejamento Territorial; Luiz Antônio Celiberto
21 Junior, Vice-Coordenador do Curso de Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica;
22 Luiz Fernando Grespan Setz, Coordenador do Curso de Engenharia de Materiais; Marcelo
23 Bussotti Reyes, Vice-Diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC);
24 Márcio Katsumi Oikawa, Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação;
25 Melissa Cristina Pereira Graciosa, Coordenadora do Curso de Engenharia Ambiental e Urbana;
26 Mirian Pacheco Silva Albrecht, Vice-coordenadora do Curso de Licenciatura em Ciências
27 Biológicas; Murilo Bellezoni Loiola, Coordenador do Curso de Engenharia de Informação; Paula
28 Homem de Mello, Vice-diretora do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Raphael
29 Yokoingawa de Camargo, Vice-Coordenador do Curso de Bacharelado em Neurociência.
30 **Ausências:** Alberto Sanyuan Suen, Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências
31 Econômicas; Marco Antonio Bueno Filho, Coordenador do Curso de Licenciatura em Química;
32 Ramon Vicente Garcia Fernandez, Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências e
33 Humanidades (BC&H). **Ausências Justificadas:** Francisco José Brabo Bezerra, Coordenador do
34 Curso de Licenciatura em Matemática; Giselle Cerchiaro, Coordenadora do Curso de
35 Bacharelado em Química; Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes, Vice-coordenador do Curso
36 de Bacharelado em Políticas Públicas; Marília Mello Pisani, Coordenadora do Curso de
37 Licenciatura em Filosofia. **Não votantes:** Leonardo José Steil, Pró-reitor Adjunto de Graduação;
38 Leonardo Ribeiro Rodrigues, Vice-coordenador do Curso de Engenharia de Gestão; Paloma B.
39 dos Santos, representante discente do ConsUni; Pedro Casalotti Farhat, Representante Discente
40 Suplente; Thiago Sales Barbosa, Chefe do Setor de Gestão de Informação da Prograd. **Apoio**

41 **administrativo:** Edna Maria de Oliveira Loureiro, Assistente em Administração; M. Aparecida
42 O. Ferreira e Marcelo Sartori Ferreira, Secretários Executivos. Professora Paula Tiba
43 cumpriu a todos e iniciou a sessão às treze horas e cinquenta e um minutos. **Informes da**
44 **Presidência: Convalidações de disciplinas.** Professora Paula informou que está havendo muitas
45 dúvidas dos coordenadores sobre convalidações de disciplinas, para inserção no SIGAA.
46 Conforme já informado, está sendo implantando o sistema SIGAA, mas o processo está parado
47 no momento, pois faltam algumas informações a serem prestadas pelos coordenadores. Citou que
48 há cinco ações importantes a serem tomadas, para dar continuidade a esse processo: 1) Registrar
49 de forma unívoca no sistema quais disciplinas são convalidadas. Há de se atentar que a
50 convalidação é uma relação entre disciplinas, independentemente do curso. Tanto a Resolução de
51 equivalência (disciplinas de outras instituições), quanto a de convalidações (entre disciplinas da
52 UFABC) regulam que disciplinas semelhantes devem ser tratadas de forma equivalente, se 75%
53 de seu conteúdo for semelhante. Um exemplo de convalidação é a mudança da disciplina de uma
54 versão de um PPC para outra: deve ser convalidada de forma bidirecional (entre as disciplinas) e
55 de forma global (para todos os cursos). Todas as convalidações que há no SIE serão transferidas
56 de forma global para o SIGAA. No entanto, foi detectado que algumas convalidações podem
57 gerar alguns problemas nos cursos. O exemplo mais claro são disciplinas de TPI diferentes que
58 são convalidadas. Esses casos necessitarão de atenção especial dos coordenadores; 2) serão
59 retiradas da planilha, enviada aos coordenadores, as disciplinas com TPI diferente e serão
60 identificadas aquelas de cursos que abrangem áreas de conhecimento muito distintas; 3) outra
61 planilha, elaborada pelo professor Jabra, que coloca todas as matrizes de um curso e compara a
62 evolução de suas disciplinas, foi usada como modelo, para cada curso, e enviada às
63 coordenações. Com esse procedimento, foi constatado que faltam informações acerca de muitas
64 disciplinas. Um exemplo é uma disciplina extinta que não apresenta convalidação ou menção de
65 categoria em versões posteriores de um PPC. Se isso não for indicado, o sistema classificará a a
66 disciplina como categoria livre. Ressaltou que a planilha com a evolução das matrizes
67 curriculares é imprescindível, para que o sistema lide com o cálculo de créditos para
68 integralização; 4) foi feito um histórico sobre aprovações discricionárias de convalidações e
69 alteração de categorias de disciplinas pelo coordenador de curso, que será compilado e enviado
70 às coordenações; 5) o resultado dos trabalhos do Grupo de Trabalho de revisão do catálogo de
71 disciplinas auxiliará nesse processo. Concluiu que todas essas medidas visam a aperfeiçoar a
72 implantação do SIGAA. Reforçou que as Divisões Acadêmicas e Comitê de implantação do
73 SIGAA estão à disposição para sanar dúvidas. Professor Alexei lembrou que o GT carece de um
74 membro, pois a professora Marília saiu do grupo. Sem voluntários, Professora Paula informou
75 que indicará posteriormente um coordenador de curso para substituí-la. **Informes dos membros:**
76 **Dúvida sobre orientação aos discentes a respeito do ENADE.** Professor Adriano solicitou que a
77 Procuradoria Institucional (ProPlaDI) conversasse com os alunos para explicar como eles devem
78 proceder para realizar a inscrição no ENADE. Professora Paula Tiba informou que já está
79 disponível na página da UFABC e no *Facebook* um tutorial em vídeo sobre o ENADE. Informou
80 também que haverá seminários a esse respeito nos dois *campi*. Esse foi apenas o primeiro de três
81 vídeos explicativos sobre o assunto, incluindo casos peculiares, como o de discentes que não
82 tenham matrícula num curso, mas já possuam CP de 0,8 ou acima. No portal do aluno, no site de
83 matrículas em disciplinas, será colocada explicação sobre o ENADE, cuja visualização será
84 obrigatória. Professor Leonardo lembrou que alunos que tenham CP acima de 0,8 em mais de um
85 curso deverão optar por qual curso prestarão o ENADE. Essa opção ocorrerá de forma
86 antecipada, diferentemente do que ocorrera em edições anteriores da avaliação. Professor
87 Adriano informou que repassará essas informações aos alunos do curso de Bacharelado em

88 Física. **Ordem do Dia: 1) Ata nº 005/2017 da V sessão ordinária, realizada em 22 de junho de**
89 **2017.** Sem manifestações e em votação, o documento foi aprovado por unanimidade.
90 **Expediente: 1) Discussão sobre o gerenciamento de páginas e sites referentes aos cursos de**
91 **graduação.** O servidor Thiago Barbosa, chefe do Setor de Gestão de Informação da Prograd,
92 explicou que o objetivo é criar um Grupo de Trabalho com representantes da Prograd e dos
93 Centros, para definir um padrão mínimo de informações sobre os cursos de graduação que
94 devam ser disponibilizadas em páginas eletrônicas, pois atualmente não há nenhuma normativa a
95 respeito. Há uma Resolução ConsEPE que regula apenas a competência dos coordenadores de
96 divulgar informações sobre os cursos. Um problema que acontece é a divergência de
97 informações nas diversas páginas. Complementou que os representantes dos Centros fariam a
98 interface entre os respectivos cursos de formação específica, e o representante da Prograd faria a
99 interface com os BIs. O resultado do GT seria trazido à CG, como uma proposta de normatização
100 mínima para divulgação das informações sobre os cursos. Professor Breno opinou que falta nas
101 páginas dos cursos e dos centros um painel que centralize o acesso às informações dos cursos.
102 Thiago comentou que um dos objetivos é estabelecer alguns padrões. Um deles é padronizar
103 recursos de imagem. Citou o exemplo de grandes empresas, que sempre mantêm um padrão.
104 Informou que a Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI) declarara que não tem condições
105 de centralizar a divulgação de informações sobre os cursos. Breno questionou se há como
106 levantar a quantidade de acessos às páginas referentes aos cursos de graduação. Thiago
107 respondeu que é possível fazer esse levantamento. Professora Paula Mello esclareceu que no
108 CCNH há um padrão mínimo de informações para cada curso. Informou que a Secretaria desse
109 centro poderia auxiliar no GT. Professor Márcio Oikawa declarou ser favorável a se estabelecer
110 um padrão mínimo de informações, mas não em relação à forma e à apresentação das
111 informações, pois, diferentemente de empresas, nas quais toda a estrutura converge para um tipo
112 de produto ou serviço, os cursos de graduação possuem grande diversidade em sua natureza e
113 seus objetivos. Sugeriu que conste da pauta das discussões uma padronização de hospedagem,
114 pois, com a mudança de coordenadores e servidores, as informações se perdem. Thiago
115 comentou que um dos objetivos é aperfeiçoar essas questões. Disse que sairia do escopo do GT,
116 mas caberia proposição aos órgãos competentes, como CETIC e Conselhos Superiores, essa
117 medida de padronização de hospedagem. Professora Paula Tiba sugeriu que as Divisões
118 Acadêmicas fizessem a primeira conversa e posteriormente fossem consultadas as coordenações
119 dos cursos. Professor Marcelo Reyes informou que no CMCC os sites dos cursos e sua gestão
120 são independentes. Fez a ressalva de que a padronização de hospedagem tem custo muito alto.
121 Em princípio, enquanto não houver uma padronização institucional, não crê ser viável a
122 padronização por outras formas. Após as sugestões e informações apresentadas, a professora
123 Paula Tiba informou que, como encaminhamento, serão consultadas as Divisões Acadêmicas dos
124 Centros, para um primeiro contato sobre essas questões e para indicação de representantes ao GT
125 a ser instituído. 2) **Discussão sobre Estudo Dirigido.** Professora Paula Tiba lembrou que foi
126 instituído um Grupo de Trabalho para discutir a modalidade Estudo Dirigido, composto por
127 Antonio Gil Vicente de Brum (Engenharia Aeroespacial); Alexei Magalhães Veneziani
128 (Bacharelado em Matemática); Rodrigo de Freitas Bueno (Engenharia Ambiental e Urbana);
129 Deonete Rodrigues Nagy (representante técnico-administrativa) e Marcus Vinicius da Silva
130 Abrão (representante discente). O professor Antônio solicitou que o assunto fosse incluído na
131 pauta da CG. Passou-lhe a palavra. Professor Antônio explicou que se trata de um assunto muito
132 complexo. Antes de avançar na definição de normas, que seria a função do GT, decidiu
133 apresentar o problema, pois muitos docentes não conhecem esse assunto e alguns opinaram que
134 Estudo Dirigido deveria ser extinto. Esse expediente é realizado de algumas maneiras, porém a

135 mais usual, inclusive na regulamentação existente na UFABC, relativa ao curso de Bacharelado
136 em Ciência da Computação, seria a oferta de uma disciplina em modalidade distinta da regular.
137 Professora Paula Tiba explicou que o Ato Decisório nº 27, de 05 de outubro de 2010 do
138 ConsEPE, que aprovou a criação das disciplinas Estudo Dirigido em Computação I, II e III,
139 serviu para solucionar alguns problemas de alunos que necessitavam integralizar o curso.
140 Deonete complementou que essa disciplina nunca fora ofertada e que difere de modalidade de
141 oferta. Causa dubiedade, pois a disciplina recebeu o mesmo nome da modalidade: Estudo
142 Dirigido. Professor Antonio apresentou as ementas das disciplinas de Estudo Dirigido em
143 Computação I, II e III: “*Estudo individual, sob orientação de um professor, com o objetivo de*
144 *complementação de formação em temas específicos de computação. O conteúdo preciso do*
145 *estudo deve ser definido a partir de uma proposta de trabalho que vise amadurecer o aluno,*
146 *envolvendo técnicas, ferramentas e teorias que serão utilizados durante o desenvolvimento do*
147 *estudo*”. Adicionou que esse expediente se relaciona a conteúdos adicionais ao ofertado no
148 curso. Outra definição de Estudo Dirigido é dispositivo ou mecanismo que altera a forma de uma
149 disciplina ofertada. Ressaltou que as solicitações discentes recebidas solicitam a oferta de uma
150 disciplina existente na UFABC de outra forma, seja presencial ou semipresencial, sem a
151 delimitação regular de tempo para o curso dessa disciplina, recebendo o nome de Estudo
152 Dirigido. Outra forma de Estudo Dirigido é aquela em que o discente solicita a oferta de uma
153 disciplina do catálogo a um docente, que se compromete ao final do período de estudo (acordado
154 entre docente e discente), atribuir um conceito ao estudo do aluno. Mais uma forma de Estudo
155 Dirigido, como acontece na Engenharia Aeroespacial, é a oferta de uma disciplina obrigatória,
156 quando não está prevista sua oferta no quadrimestre em que o aluno planeja colar grau. Há
157 também casos em que o aluno não consegue cursar uma disciplina num dado horário, por conta
158 de estágio ou trabalho, e solicita cursar a disciplina como Estudo Dirigido, para ficar dessa forma
159 dispensado de cursar a disciplina presencial. Quanto aos procedimentos usais para sua
160 realização, o Estudo Dirigido pode ser solicitado em qualquer tempo, porém, em todos os casos,
161 deve haver um docente que seja o responsável. A oferta do Estudo Dirigido só é realizada
162 mediante o pedido e compromisso de um docente. O professor não ganha crédito, é uma
163 atividade voluntária. Questionou se o mecanismo de Estudo Dirigido não se trataria de um
164 privilégio de poucos alunos; se tal dispositivo se trata de um benefício a alunos dedicados e se o
165 mecanismo deveria se tornar uma regra geral a todos. Opinou que esse dispositivo seria aplicado
166 apenas a disciplinas que não existam mais nos Projetos Pedagógicos, algo que fora extinto.
167 Ressaltou que não há IFES que possuam esse mecanismo e questionou até a legalidade da
168 modalidade. Professora Paula Tiba passou a palavra aos outros membros do GT. Deonete
169 informou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação dá autonomia às Universidades para
170 elaborar novas formas de ensino e aprendizagem. Acrescentou que na Universidade do Estado de
171 Santa Catarina (UDESC) e a Pontifícia Universidade Católica de Santa Catarina (PUC-SC) é
172 regulamentado o Estudo Dirigido. Opinou que devem ser estabelecidas regras e que esse
173 mecanismo não pode ficar somente a critério do coordenador de curso. Dentre as regras,
174 deveriam ser estabelecidos, de acordo com cada curso, quantos alunos poderiam ser admitidos
175 em Estudo Dirigido; se aborda disciplinas práticas; se se aplica a disciplinas existentes ou
176 somente a extintas. Professor Alexei opinou que é difícil estabelecer regras gerais para todos os
177 cursos, considerando também os bacharelados interdisciplinares. Dificilmente se conseguirá
178 estabelecer regras que contemplem toda a diversidade dos cursos. Se se regulamentar esse
179 dispositivo para uma porcentagem de alunos, para os bacharelados interdisciplinares, seria
180 inviável. Sugeriu que os NDEs de cada curso deveriam tomar ciência dessa questão e cada um
181 estabelecer seus critérios, em detrimento de uma regra geral aprovada na CG. Professor Jorge

182 Tomioka informou que em outras instituições estudo dirigido se aplica a disciplinas extintas ou
183 em vias de extinção. Opinou que a regra a ser estabelecida, a normatizar em quais condições os
184 discentes possam solicitar uma disciplina nessa modalidade, deve ser razoável e ponderada.
185 Deonete passou a palavra à representante discente no ConsUni, Paloma, que fez os seguintes
186 apontamentos e sugestões: 1) sugeriu que a modalidade de Estudo Dirigido fosse computada na
187 progressão de carreira docente; 2) sugeriu que, para atender ao dispositivo da LDB, segundo o
188 qual um docente deve dispender 8 horas semanais em atividades de ensino-aprendizagem, o
189 estudo dirigido fosse computado; 3) relevar que o MEC libera verba para as universidades,
190 considerando, entre outros fatores, o período de integralização dos discentes, o que justificaria o
191 estudo dirigido ser aplicado para discentes prestes a colar grau; 4) como representante da
192 Comissão Permanente de Acessibilidade COPA, afirmou que discentes com Transtorno do
193 Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e deficiências cognitivas e de aprendizagem,
194 podem ser beneficiados com outro processo de ensino-aprendizagem, efetivando-se a inclusão.
195 Professora Melissa informou que nas disciplinas específicas do curso de Engenharia Ambiental,
196 a avaliação é processual e contínua. Seria muito difícil fazer uma avaliação pontual, como uma
197 prova final, pois desconsideraria especificidades de várias disciplinas que incluem, por exemplo,
198 visitas e trabalho em campo, inclusive coletivo, entre os discentes. Sugeriu avaliar e considerar
199 as especificidades de cada curso e, dentro deles, a aplicabilidade a cada disciplina. Professor
200 Breno sugeriu estabelecer condições para solicitar estudo dirigido e, posteriormente, definir
201 quais disciplinas podem ser ofertadas nessa modalidade. Deonete opinou que BIs não devem
202 entrar nessa regra e que deve ser considerado o período de oferta de uma disciplina e se esta seria
203 a última necessária para a integralização de um curso. Professor Adriano reiterou a fala do
204 professor Alexei. Professor Márcio afirmou que esse mecanismo trata de casos excepcionais.
205 Opinou que não seria adequado colocar regras para casos tão distintos, com critérios destoantes.
206 Sugeriu que se mantenha a avaliação da utilização desse mecanismo pelas coordenações dos
207 cursos. Deonete passou a palavra à Paloma, que argumentou ser essencial a regulamentação
208 mínima, para que não fique totalmente a critério das coordenações, pois assim a decisão seria
209 totalmente arbitrária, prejudicando alunos. Citou o exemplo de um aluno com PcD que fora
210 dispensado por um docente de participar de aulas práticas em laboratório, o qual se
211 comprometera meramente a atribuir ao final do quadrimestre um conceito positivo.
212 Considerando os comentários e sugestões, professora Paula Tiba confluuiu e deu o seguinte
213 encaminhamento ao assunto: 1) deve haver regra mínima a respeito, visto que, se não estiver
214 previsto em normas, não teria validade legal; 2) cada curso deverá discutir com seu NDE os
215 casos específicos. O resultado da consulta será enviado ao GT em questão, para que avalie se é
216 possível haver uma regra mínima geral. Se não for possível, seria normatizada meramente a
217 existência do estudo dirigido e a regulamentação específica seria elaborada e publicada por cada
218 curso. Esclareceu que será solicitado formalmente pela Comissão de Graduação, via Pró-reitoria
219 de Graduação, a consulta sobre esse assunto aos NDEs dos cursos. Encerrados os itens da pauta,
220 professora Paula Tiba agradeceu a todos pela presença e encerrou a sessão às quinze horas e
221 vinte e dois minutos, cuja ata foi lavrada por mim, Marcelo Sartori Ferreira, Secretário
222 Executivo, e aprovada pela Pró-Reitora de Graduação, professora Paula Tiba, e pelos demais
223 presentes à sessão.-----

Marcelo Sartori Ferreira
Secretário Executivo

Paula Ayako Tiba
Pró-Reitora de Graduação